

Fascismo, analogia alemã e italiana: uma reflexão

Tarso Genro

A polarização entre esquerda e direita, ambas integradas no processo democrático dentro das regras do jogo é o melhor da política na democracia liberal. Ela é uma confrontação de sentidos para a vida humana, dentro de um sistema econômico hostil à vida humana solidária e pacificada, sentido este sempre perseguido pelas grandes cabeças utópicas, reformistas e revolucionárias, do iluminismo e da ilustração.

Não podemos confundir esta polarização regrada, todavia, com a polarização histórica entre o extremismo de direita – fascista ou simplesmente criminoso – e a democracia liberal, como regime constitucional amparado em eleições periódicas. Em todos os centros orgânicos de poder do capitalismo financeiro, onde a democracia está sob assédio – segundo seus inimigos – porque o Estado de Direito hoje não tem formas capazes de resolver os problemas do sistema-mundo, como se em alguma época alguém ou algo os tivesse resolvido.

Problemas tais como a pobreza, a insegurança, a imigração “ilegal”, a criminalidade organizada, em todos aqueles centros em que as forças políticas dos extremistas apostam na destruição do Estado de Direito liberal-representativo, somente melhoraram nos 40 anos seguintes à Segunda Grande Guerra. O excedente colonial-imperial, obtido com métodos análogos à escravidão, financiaram aqueles anos gloriosos, nas novas e velhas metrópoles coloniais e neocoloniais do mundo inteiro.

Na polarização, entre a democracia constitucional e o extremismo fascista ou simplesmente criminoso, os sujeitos em combate não estão fixados num só lugar, como numa “guerra de posição”. Eles se movem para diversos “fronts” das “guerras de movimento”, tanto porque a polarização se dá num ambiente de fluxos informacionais e materiais de crise, mas também porque este tipo de luta não tem regras: ela corre por fora e por dentro das instituições e das redes, como disputa entre a vida e a morte da democracia, e, provavelmente, entre vida e a morte dos seus contendores.

Diferentemente do fascismo e do extremismo de direita, que precedeu a Segunda Grande Guerra, quando a unidade interna para a formação de maiorias políticas – tanto para as opressões como para as resistências – poderiam se formar levando em conta um inimigo externo visível, de outro Estado e de outra nação – hoje – o interno e o externo compõem o mesmo espaço político e se confundem. E o fazem por laços imateriais e materiais, que

geram frentes políticas internas nos países em crise, não mais motivadas pelos “estranhos de fora”, porque estes estão tanto dentro como fora, e não são todos os “estranhos” que podem ser apontados facilmente como inimigos, nem os “iguais” facilmente como amigos.

Antonio Gramsci viu sempre em Benito Mussolini a derrota do iluminismo italiano e Benedetto Croce, primeiro o admirou e chegou a defendê-lo como líder de um novo renascimento nacional italiano. Voltou-se, todavia, contra ele e o abandonou, quando o percebeu como verdugo da democracia política, inimigo da própria democracia liberal e do destino nacional da Itália moderna.

A democracia, ao final, sucumbiu no altar homicida do fascismo e os dois grandes filósofos italianos e – em sentido lato – os dois grandes organizadores da inteligência política moderna da Itália – Croce e Gramsci – não tiveram a possibilidade de se comunicarem para bloquear Benito Mussolini, mas tiveram o mesmo destino: o cárcere e a humilhação. Antonio Gramsci, já em 1926, quando o fascismo ascendia e Benedetto Croce, em 1943, quando ele desmoronava.

Os Governos liberais de Giolitti, Bonomi e Luigi Facta – entre 1921 e 1922 – vacilantes e incapazes de constituírem uma nova hegemonia democrática sob suas direções – bem como a humilhação sofrida pela Itália após Segunda Grande Guerra, entregaram de mão beijada o país para o totalitarismo da extrema direita, já configurada como projeto de natureza fascista.

Analogia não é uma igualdade de situações, é semelhança; não é mimese como ocorre na naturalidade; são contextos, todavia, cuja tipicidade “ensina” a teoria política, ao invés de receber lições dela e por isso ajudam a desvendar determinadas realidades.

Penso que estamos vivendo uma situação análoga, em parte à italiana e em parte à alemã, na qual um parlamentarismo de fato, armado não pelo engenho político de uma oposição sem rumo, mas pelas distorções alocadas no nosso próprio arcabouço jurídico – partidário e eleitoral – bem como a própria moderação do governo Lula em pensar saídas não tradicionais dentro da ordem, podem nos levar a um beco sem saída.

Estas grandes encruzilhadas históricas que normalmente afetam os rumos de um país, em qualquer regime político faz os seus líderes, muitas vezes se socorrem de “analogias” para interpretar seu presente. Estas situações não são estranhas aos métodos dos grandes romancistas para buscar sentidos, para uma dupla complexidade do “moderno”, instalada tanto na solidão como na sociabilidade humana.

Ítalo Calvino, no seu memorável *Por que ler os clássicos* nos fala do processo criativo de Daniel Defoe (1660-1731) quando compõe seu espetacular Robinson

Crusoé (“o diário das virtudes mercantis – “autêntica bíblia das virtudes mercantis e industriais, à época da iniciativa individual”, (...) mostrando o “modo direto e natural com que um costume e uma ideia de vida, uma relação do homem com as coisas e as possibilidades ao alcance das suas mãos se exprimem em imagens”. Daniel Defoe faz uma analogia – para criar o personagem de vida solitária e imaginada a partir de “um homem que vivera sozinho durante quatro anos”, numa Ilha chamada Juan Fernandez, que era um certo Alexandre Selkirk, que também passou a existir por analogia, nas palavras e nos gestos de Robinson Crusoé, como ser universal de uma época em transição.

A minha primeira analogia é que Jair Bolsonaro tentou um golpe impossível porque ele foi concebido – por analogia da sua imbecilidade instintiva – com a lembrança de Hitler na tentativa de novembro de 1923, na Cervejaria de Munique. A sua semente maldita, todavia, ficou prosperando e depois renasceu na sua brutalidade incontida, com a vitória do Partido Nazista nas eleições de 1932.

A minha segunda analogia é que devemos nos preparar para 2026, sob a liderança dos nossos principais líderes democráticos contra Jair Bolsonaro e seus assemelhados, para impor uma derrota avassaladora ao fascismo e seus arremedos, nas próximas eleições, o que não ocorrerá se não enfrentarmos como governo, rapidamente – com sentido de eficácia imediata, a questão da segurança pública e os desafios mais urgentes da transição climática. O personagem que deve falar sobre estes dois temas e dar direção à sociedade civil democrática e aos seus partidos se chama governo. Lamentavelmente não existe nenhum outro personagem de Daniel Defoe em condições de fazê-lo.

Este “beco” histórico, em que nos encontramos, pode ser superado em 2026, com respostas face a três enigmas políticos concretos e atuais: um regime Parlamentarismo pervertido é igual a um regime presidencialista cansado? As emendas secretas são instrumentos legítimos, para gerar alianças e construir bases eleitorais cativas? Um Ministro de Defesa, defendendo anistia para golpistas, deve ser criador de fatos políticos constrangedores, para um presidente que ainda tem dois anos de um mandato, até agora relativamente bem-sucedido, mas com problemas graves pela frente?

Por analogia, lembro Bertold Brecht, se reportando ao desenvolvimento do nazismo quando perguntava, num poema que pode ser lido tanto como uma indagação sobre como eles, os nazistas, chegaram a tanto, ou mesmo como genuína curiosidade histórica, que nem ele mesmo soube responder, sobre a ascensão de Hitler: “No dia em que a Muralha da China ficou pronta/ para onde foram os pedreiros? (...) / A grande Roma está cheia de arcos-do triunfo/ quem as erigiu/ quem pagava as despesas \ tantas histórias \ tantas questões” –

perguntava Bertold Brecht, no seu poema de 1935 “Um trabalhador que lê” –, mas já em pleno regime nazista.

*Tarso Genro foi governador do estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, ministro da Justiça, ministro da Educação , ministro das Relações Institucionais do Brasil, **Membro REMIDO do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros.**